



Diretrizes orçamentárias aprovadas por unanimidade

Proposta vai nortear a elaboração do orçamento estadual de 2004. Com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Assembleia inicia recesso parlamentar no dia 1º de julho.

A LDO é uma das peças que integram o planejamento orçamentário público em todos os níveis. O parecer do relator, deputado Manoel Mota (PMDB), teve aprovação dos 36 deputados presentes na sessão plenária do dia 24, depois de três horas de discussões.

Das 279 emendas apresentadas, apenas 11 foram acatadas, pela inexistência do Anexo do Plano de Metas. Conforme justificaram Mota e o líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), o Plano de Metas só poderá ser detalhado depois da elaboração do Plano Plurianual de Investimentos (PPA). Além da LDO, os parlamentares apreciaram mais de 60 matérias nas duas últimas plenárias.

Páginas 06 e 07

Governar 2003



Autoridades prestigiam cerimônia de abertura

Da noite de quinta-feira (26) a sábado (28), Florianópolis transforma-se na capital nacional de Administração e Desenvolvimento Municipal, com a realização do Congresso que integra o Projeto Governar 2003. O evento, que traz como tema *O papel dos municípios na distribuição das políticas sociais do governo federal*, reúne representantes dos poderes Executivo e Legislativo da União, estados e municípios, objetivando conhecer as políticas sociais do governo federal, e integrar vereadores, prefeitos

e governadores ao pacto social. O presidente da Assembleia, deputado Volnei Morastoni (PT), responsável pela apresentação de um painel na sexta-feira (27) à tarde, integrou a mesa de abertura do evento. Presentes ainda, os prefeitos da Capital e de Joinville, Ângela Amin e Marco Tebaldi, o secretário da Infra-estrutura, Edinho Bez, representando o governador do Estado, Gilson dos Santos, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), lideranças político-partidárias, além do deputado federal Carlito Merse, integrante da coordenação política do

Governar 2003 e coordenador do Fórum Parlamentar Catarinense.

A palestra da noite ficou por conta da secretária-adjunta do Ministério das Cidades, Ermínia Marcatto, que falou sobre as políticas sociais do governo. Na sexta-feira, o enfoque foram *Governos estaduais - políticas bem sucedidas, o pacto social para a distribuição de políticas sociais, e Programas de Habitação e Educação*. No último dia, além dos participantes conhecerem com profundidade o Programa Fome Zero. (CA)

Festival de Dança de Joinville é lançado na AL



O maior evento para estudantes de dança na América Latina, o Festival de Dança de Joinville, em sua 21ª edição, foi lançado na noite de segunda-feira, 23, na Assembleia. Uma pequena amostra do que se poderá ver durante o evento, que acontece de 17 a 27 de julho, foi apresentada por três grupos que conquistaram o primeiro lugar em sua categoria na edição do ano passado: o Grupo da Escola do Teatro Guaíra, de Curitiba, vencedor do festival Meia Ponta para bailarinos mirins; Grupo Mery Rosa, de Itajaí, que conquistou o título no Jazz, e o Grupo Fúria das Ruas, de Joinville, vencedor da Dança de Rua.

Página 03

Assembleia vai percorrer o Estado durante o recesso

Vinte e nove audiências públicas serão realizadas em todo o Estado, a partir do dia 21 de julho. Através delas, serão definidas as prioridades para elaboração do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA).

Página 04

Proibição da tarrafa mobiliza Parlamento

A Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB), realiza na próxima segunda-feira (30), às 10 horas, audiência pública para discutir a proibição pelo Ibama do uso de tarrafa em atividade pesqueira. A solicitação partiu do próprio Mariani, em plenário, quando vários parlamentares pronunciaram-se contra a medida

e foram aprovados requerimentos do vice-presidente da Casa, deputado Onfre Agostini (PFL), e do deputado Cesar Souza (PFL), que reivindicaram a imediata revogação da Portaria 30/2003 do órgão federal. Foram convidados o Sindicato da Pesca, Ibama, Federação dos Pescadores de Santa Catarina, as associações de pescadores, bem como o secretário Nacional da Pesca, José Fritsch. (CA)



Fórum da Unale debate reformas

Página 05

O desafio da inclusão social *

O poder legislativo pode desempenhar um importante papel no desenvolvimento de políticas sociais, para o combate às desigualdades e, por consequência, na conquista da inclusão social e no resgate da cidadania. E para a construção dessa mudança nas políticas públicas, cujo objetivo é diminuir cada vez mais as diferenças sociais, cabe-nos também uma mudança de postura nas Casas Legislativas Estaduais.

A democratização e a retomada da participação da população na vida política têm exigido do parlamento uma mudança radical em seu funcionamento, de forma a contemplar esta crescente participação popular e a necessidade, cada vez maior, de interação entre o legislativo e o conjunto da sociedade.

Para corresponder a esses anseios, as Assembleias têm criado novos instrumentos que aperfeiçoam o processo de elaboração legislativa, principalmente ampliando a participação popular. Ao mesmo tempo, há iniciativas no sentido de interação com a sociedade através de seus veículos de comunicação institucional e, um exemplo disso, são as TVs legislativas.

Essas mudanças de postura dos políticos à frente dos legislativos devem ocorrer acompanhadas da racionalização, da modernização e da democratização do funcionamento interno

das Assembleias, política e administrativamente. Porém, a decisão e a coragem para a mudança devem permear o cotidiano das Casas Legislativas.

As políticas públicas trazem, na sua base, princípios de políticas afirmativas. E, ao pensá-las, nosso olhar deve estar atento para a promoção dos excluídos como os idosos, as mulheres, os homossexuais, crianças e adolescentes, negros, portadores de deficiência. Estes segmentos necessitam de ações que corrijam o nosso modelo democrático, que está em movimento e precisa ser aperfeiçoado. Na democracia que queremos não cabe a existência de cidadãos incompletos em seus direitos.

A Casa Legislativa também é o lugar de trabalho, de socialibilidade, de oportunidades no mundo do trabalho, condição necessária para a garantia da dignidade humana. Desta forma, os Legislativos, ao proporem cidadania, devem ser modelos de cidadania. Devem ser o espelho da sociedade que buscamos. Não podemos propor aos empresários, aos municípios e ao Estado que incluam jovens, deficientes, negros, mulheres e idosos para os seus postos de trabalho, se não o fazemos no lugar onde o trabalho é pensar uma sociedade democrática e mais feliz.

*** Deputado Volnei Morastoni (PT)**
Presidente da Assembleia Legislativa

O financiamento estudantil que precisamos *

Nos últimos meses, uma salutar discussão tem sido levantada pela Assembleia, sobre o financiamento estudantil. Da forma como está inserido na Constituição Estadual, o artigo 170 prevê que os recursos sejam aplicados de duas formas distintas: bolsas de estudo e crédito educativo. A Lei determina que 5% do total de 25% dos recursos destinados à educação sejam utilizados para bolsas de estudo.

Desde a sua implantação o modelo tem recebido críticas e, por isso, as Comissões de Constituição e Justiça, e de Educação realizaram sete audiências públicas para discutir com a comunidade acadêmica e com os dirigentes das organizações educacionais qual o modelo que se deve adotar a partir de 2004. O ensino superior é um dos gargalos da educação brasileira, notadamente excludente e que trata de forma igual os desiguais.

Tramitam na Assembleia quatro projetos que, juntos, provocam mudanças importantes no processo de distribuição dos recursos do artigo 170. Todo o material das audiências está sendo compilado para dar forma a um projeto de substitutivo global. A previsão é de que este

novo projeto seja apresentado depois do recesso e que sua votação aconteça até outubro.

Um dos pontos mais polêmicos reside na participação das universidades privadas – aquelas que não pertencem ao sistema fundacional – e que, na forma como a Lei se apresenta hoje, têm direito a 10% dos recursos para aplicação em crédito educativo, que nunca foi implantado pelo Governo. As universidades pertencentes ao Sistema Acafe detêm 90% do total dos recursos aplicados em bolsas de estudo e pesquisa e defendem mudanças por apresentarem características comunitárias e filantrópicas diferenciadas.

Entretanto, é necessário e urgente, além de se gerar novas formas de ampliar a distribuição dos recursos para o ensino superior, a busca por um novo modelo de financiamento estudantil que garanta um maior acesso e participação do jovem catarinense ao ensino superior. Esse novo modelo, com certeza, será o grande desafio para o próximo período legislativo e que se transformará no diferencial de qualidade e modernidade da educação catarinense.

*** Deputado João Paulo Kleinübing (PFL)**

O Legislativo na tela da TV

A participação dos deputados no plenário da Assembleia Legislativa, a discussão e votação dos projetos nas sessões legislativas, podem ser acompanhados por boa parte dos catarinenses, no momento em que estão acontecendo. Isto graças à TVAL, emissora que integra a Divisão de Imprensa do Legislativo de Santa Catarina, criada para democratizar a informação e dar mais transparência aos trabalhos do parlamento estadual.

Em outubro de 1999 o sinal da TVAL foi ao ar pela primeira vez, iniciativa que colocou a AL de Santa Catarina entre as pioneiras no país na divulgação de seus trabalhos via televisão. Antes, apenas São Paulo e Minas Gerais contavam com TVs legislativas. Hoje, as imagens da emissora chegam via satélite a 18 municípios que contam com TVs a cabo. Isto significa que algo em torno de 500 mil pessoas têm acesso à programação.

A TVAL tem uma estrutura enxuta, com uma programação que inclui a cobertura ao vivo das sessões plenárias, das reuniões das comissões e atividades culturais e comunitárias realizadas no âmbito da Assembleia. Seu sinal está 24 horas no ar, das quais entre 12 e 14 horas são de programação ao vivo durante o período de trabalho legislativo. E a preocupação vai além de divulgar o que acontece na Casa. A economia catarinense, as atrações turísticas e as belezas naturais dos municípios do nosso Estado são exibidas em programas especiais produzidos pela própria emissora.

São características que fizeram da TVAL referência para os parlamentos do Rio Grande do Sul, Amazonas e Rio de Janeiro.

Agora, a Presidência da Assembleia e os responsáveis pela TVAL trabalham para obter concessão de sinal aberto. Isto significará levar o sinal para comunidades que não contam com TVs a cabo, e para telespectadores não-assinantes dessas emissoras. (CASR)

Onde chega o sinal

Cidade	Canal
Araranguá	16
Balneário Camboriú	23
Blumenau	19 (BTV) 16 (Net)
Brusque	9
Chapecó	16
Criciúma	16
Concórdia	27
Florianópolis	16 (Net) 23 (TVA)
Itajaí	9
Jaraguá do Sul	27
Joaçaba/Luzerna	27
Joinville	16
Lages	27
Rio do Sul	23
São Bento do Sul	16
São José	16
Tubarão	16

A TVAL no ar:

1335 dias / 32.040 horas
25/10/99 a 25/6/03

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne e Graziela May Pereira

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Volnei Esmeraldino

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Festival amplia acesso à cultura

O presidente do Instituto Festival de Dança, Carlos Adauto Virmond Vieira, anunciou as apresentações na noite de abertura do Balé Teatro Guaíra (Paraná) e o Balé Castro Alves (Bahia), destacando que os catarinenses poderão apreciar estes espetáculos de primeira qualidade por um valor máximo de R\$ 20, enquanto que nos grandes centros isso não ocorreria por menos de R\$ 70. "Isso é dar acesso à cultura de altíssima qualidade". Ele também destacou a Amostra de Dança Contemporânea e o Festival Meia Ponta, eventos paralelos ao Festival de Dança, que terá mais de quatro mil participantes e será visto por aproximadamente 50 mil pessoas. "Os espetáculos não acontecem apenas no Centreventos Cau Hansen, mas também são levados

aos 21 palcos alternativos espalhados pelos bairros, praças e shoppings", informou ainda Ely Diniz da Silva Filho, diretor executivo do Instituto Festival de Dança.

O prefeito de Joinville, Marco Tebaldi (PSDB), lembrou que a cidade sempre identificada como *Cidade das Flores e Manchester Catarinense*, com a vinda da Escola do Teatro Balé Bolshoi também ficou conhecida como *Cidade da Dança*. "Esse festival é o nosso orgulho. Foi construído durante estes 21 anos gradativamente até se tornar esta potência que é hoje. E não é mais somente de Joinville, mas de Santa Catarina".

Ampliar espaço cultural da Assembléia de forma a promover maior interatividade com os catarinenses através da cultura

foi a proposta anunciada pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT). "Já temos plano para um auditório com capacidade para acomodar 500 pessoas, uma grande galeria de artes e um espaço que se abrirá para a parte externa do prédio permitindo a participação de aproximadamente três mil pessoas", comentou. (SD)



Secretário da Organização do Lazer, Gilmar Knaesel, Morastoni, o governador e suas esposas

Santa Catarina Voleibol Clube recebe homenagem

(foto Jonas Lemos Campos)

Atletas, dirigentes, torcedores, amigos e colaboradores do Santa Catarina Voleibol Clube/Intelbrás/São José estiveram na Assembléia Legislativa, dia 18, às 19h, quando ocorreu sessão solene em homenagem ao quinto aniversário da equipe. O ato também teve a presença de dirigentes da Federação Catarinense de Voleibol, da Confederação Brasileira de Voleibol e do prefeito Dário Berger (PFL), de São José, município sede do Santa Catarina Voleibol Clube. Autor do requerimento que possibilitou a solenidade, o deputado Djalma Berger (PFL) lembrou o já falecido empresário Dite Freitas, responsável pela participação dos atletas josefenses na Liga Nacional de Voleibol. A parceria entre a empresa e a prefeitura de São José está consolidando um grande projeto nas áreas esportiva e social.

O parlamentar lembrou o início do clube, em 1999, com 16



Berger, requerente da sessão, durante seu pronunciamento

jogadores, passando a 356 em 2001 e 461 em 2002. Neste ano há a previsão de mil esportistas treinando vôlei nos ginásios da cidade. "Trata-se da única equipe do estado que tem todas as categorias no masculino e feminino: mirim, infantil, infanto-juvenil e adulto. Foram cinco anos de vitórias e conquistas, destacando o bicampeonato (2001-2002) dos Jogos Abertos Brasileiros, representando Santa Catarina. Em 2002, sagrou-se campeã da primeira Liga Nacional, além de boas atuações em outros torneios", destacou Djalma. O parlamentar salientou o título de emérito recebido pelo

salho, natal solidário, reciclagem de lixo, visitas a hospitais, entre outras atividades. Atualmente, 500 crianças praticam o esporte com a exigência de frequência na escola, e até o final do ano o objetivo é chegar a mil, incluindo alunos da rede pública de ensino.

Na oportunidade, crianças treinadas pelo clube cantaram o hino da cidade, ficando sob responsabilidade do técnico e fundador da equipe, Djalma Cardoso, agradecer ao parlamentar pela homenagem e apresentar o relatório anual das atividades do clube integrante da Superliga Nacional de Vôlei. (RV)

Posse

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Em sessão solene realizada no plenário no dia 25, às 18 horas, tomou posse o novo delegado do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, Tarcísio Kock, com a participação do presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), o secretário da Agricultura, Moacir Sopelsa, e o secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, José Amaury Dimarzio.

Contas do governo Amin 2002

O parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado (TCE), com recomendação pela aprovação das contas do governo de Esperidião Amin de 2002, foi entregue na segunda-feira (23) ao presidente, deputado Volnei Morastoni (PT). O presidente do TCE, Salomão Ribas Júnior, informou que no documento são apontadas três ressalvas sobre a aplicação em níveis in-

feriores ao mínimo constitucional relacionadas à saúde, ao Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) e ao não cumprimento das metas fiscais. Foram ainda feitas seis recomendações sobre procedimentos ao governo em curso. A análise das contas de 2002 será feita pela Comissão de Finanças e Tributação e depois votada. (SD)

Fórum reúne parlamentares do Sul do Brasil

Durante o II Fórum de Integração das Comissões do Mercosul dos estados integrantes do Codesul (Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), realizado dia 18, em Porto Alegre, o deputado Nelson Goetten (sem partido), presidente da Comissão do Mercosul, reforçou a vontade política dos governantes dos países do bloco em sair do discurso e começar a agir na integração. "Se há necessidade da integração não dá para entender porque o Mercosul ainda não saiu do papel, falta é vontade política", disse o parla-

mentar. Em sua explanação, frisou que as comissões do Mercosul das assembleias legislativas têm papel fundamental no processo. "Precisamos fortalecer as comissões para que a integração aconteça nos setores econômico, cultural e educacional". Segundo ele, a Comissão do Mercosul da Alesc dará sua contribuição para o fortalecimento do bloco.

Para o deputado, a União dos Parlamentares do Mercosul (UPM) poderá ser fundamental na integração, pois une também os legisladores do Chile e da Venezuela. (CV)

Encontro discute crise em atendimento a cardíacos

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

Carlos Agne

O baixo valor dos repasses para o atendimento a pacientes do SUS para os cinco hospitais privados com especialidade em cardiologia foi o tema das discussões da audiência pública da Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Clésio Salvaro (PSDB), na terça-feira (24), no plenarinho. Além dos deputados José Paulo Serafim (PT), Ronaldo Benedet (PMDB), Nelson Goeten (sem partido), Ana Paula Lima (PT) e João Rodrigues (PFL), participaram dos debates secretários municipais de Saúde, a secretária-adjunta da secretaria estadual de Saúde, Carmen Zanotto, o presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde, Edson Adriano, o presidente da Federação e Associação dos Hospitais de SC, Tércio Kastens, e diretores e representantes dos estabelecimentos de saúde envolvidos na crise.

Muito choro e lamentação foi a tônica da audiência envolvendo a direção dos hospitais São Paulo (Xanxerê), São José e São João Batista (Criciúma), Caridade (Florianópolis), Santa Isabel (Blumenau), Marieta Konder Bornhausen (Itajaí), Hospital Regional Alto Vale (Rio do Sul), os deputados integrantes da Comissão de Saúde e representantes do governo do Estado. O destaque foi a diminuição de recursos do SUS para procedimentos de média e alta complexidade cardíacos, envolvendo também a devolução ao Estado desses procedimentos pelos



Indefinição do credenciamento do SUS foi criticada por todos os presentes à audiência

municípios com Gestão Plena. João Rodrigues informou aos presentes sobre a situação do Hospital São Paulo, que atende clientela da BR-116 até Dionísio Cerqueira, e investiu mais de R\$ 1 milhão em equipamentos para o atendimento de cardíacos e se ressentiu com a falta do credenciamento do SUS.

“Enquanto não tivermos definição desse credenciamento vamos continuar vendo pessoas morrendo, como os dois casos ocorridos há pouco tempo, pois não conseguimos vaga em nenhum estabelecimento credenciado por falta de teto para o atendimento de pacientes de outros municípios”, denunciou. Kastens observou que os hospitais estão prestando atendimento mas não estão recebendo pelos serviços através do SUS, tornando-se algozes da comunidade. “O governo deve-

ria chamar por si a responsabilidade e explicar a situação para a população. Não se pode ficar culpando os hospitais por um crime que não é seu”, argumentou.

Subcomissão

Benedet, acompanhado por Salvaro e Serafim, questionou o governo sobre a situação da redução dos valores que são repassados aos dois hospitais de Criciúma, cujo teto financeiro inicialmente previsto era de R\$ 364 mil mensais e foi drasticamente diminuído para R\$ 150 mil.

Carmen Zanotto explicou que existia um protocolo assinado entre a Secretaria e o Ministério da Saúde para o repasse aos hospitais, mas que foram incluídos na série histórica dos municípios que contam com Gestão Plena. “Também não vamos aceitar a devolução

dos serviços de alta complexidade pelos municípios, a exemplo de Criciúma. Quem deve decidir isso é o Fórum competente, o Conselho Intergestor Bipartite”.

Ao encerrar os debates Salvaro disse que deverá ser criada uma subcomissão para acompanhar o serviço de cardiologia em Santa Catarina. “Também vamos solicitar as

Transferido debate em Tubarão

A audiência pública da Comissão de Saúde, que irá tratar dos problemas financeiros dos hospitais da Amarel, do aumento de teto de internação hospitalar e sobre a implantação de um Banco de Sangue em Tubarão, requerida pelo deputado Genésio Goulart (PMDB), foi transferida do dia 27 de junho para o dia 07 de julho, segunda-feira, às 17 horas, no Auditório do Centro de Atividades de Oficinas (CAO), junto à Praça da Igreja Matriz São José Operário - Rua Altamiro Guimarães - Bairro Oficinas, em Tubarão.

atas de 2000 até agora do Conselho Intergestor Bipartite, que decide essa questão de recursos. Vamos ver onde está a causa dos problemas que hoje têm deixado centenas de pessoas na fila de espera por um atendimento. Temos que salientar que estamos tratando de vidas e muita gente tem morrido sem receber o atendimento. Vamos a fundo nesta questão”, complementou Salvaro.

Controle social da mídia

A Comissão de Educação aprovou na quarta-feira (25) requerimento do seu presidente, deputado Paulo Eccel (PT), que solicita a realização de audiência pública para tratar do controle social da mídia. O autor justifica a proposição argumentando de que existe uma campanha nacional denominada “quem financia a baixaria é contra a cidadania” e a Câmara Federal, através da Comissão de Direitos Humanos, criou um fórum de acompanhamento de programas televisivos, por solicitação do deputado federal Orlando Fantazzini (PT-SP), e que vem surtindo efeitos positivos.

Eccel afirma que a realização desta audiência servirá como braço da campanha nacional e será possível acompanhar alguns absurdos que vêm sendo apresentados em determinados programas na televisão catarinense. “Esse fórum nacional tem um disque denúncia em telefone 0800, recebe e-mails e correspondências sobre a utilização da

TV para a divulgação de assuntos que atentam contra a moralidade e contra a cidadania, chegando a agredir princípios constitucionais”. Segundo ele, a idéia, é atuar como um braço dessa campanha nacional e repassar as denúncias de Santa Catarina para a subcomissão da Câmara que trata do assunto. “Podemos dizer que já estamos vendo resultado. O programa Domingo Legal, apresentado por Gugu Liberato foi o recordista de denúncias. A direção, a produção e o apresentador foram chamados para prestar esclarecimentos e, em seguida, já se viu mudanças na roupagem da pauta do programa”, disse.

Assinalou também que não há intenção de fazer uma campanha de moralização e muito menos de censura. “Contaremos com a participação da comunidade nas denúncias, verificar a procedência e procurar sugerir alterações na programação”, observou o parlamentar. A audiência está marcada para o dia 18 de agosto, às 19 horas, no plenarinho. (CA)

Aprovado calendário de audiências do Orçamento

Foi aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Djalma Berger (PFL), na quarta-feira (25), o calendário das 29 audiências públicas conjuntas do Executivo e Legislativo, nas quais comunidade e poder público apontarão as prioridades que servirão de base na elaboração do Plano Plurianual (PPA) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao exercício financeiro de 2004. Os encontros acontecem simultaneamente nos municípios sedes de duas secretarias regionais por data. Esta proposta foi definida pela equipe mista composta por servidores da Assembléia e da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão.

As prioridades serão colhidas pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional, representantes de entidades civil e comunidade. (SD)

Datas	Municípios
21/07	São Miguel do Oeste e Mafra
22/07	Maravilha e Ibirama
23/07	Palmitos e Rio do Sul
24/07	Chapecó e Ituporanga
25/07	São Lourenço do Oeste e Brusque
28/07	Xanxerê e Araranguá
29/07	Concórdia e Criciúma
30/07	Joaçaba e Tubarão
31/07	Campos Novos e Laguna
1º/08	Videira e São Joaquim
04/08	Caçador e Itajaí
05/08	Curitibanos e Blumenau
06/08	Lages e Jaraguá do Sul
07/08	Canoinhas e Joinville
08/08	São José

CPI da Casan inicia oficialmente os trabalhos

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), que investiga a crise na Casan, em consequência das 916 ações trabalhistas, reuniu-se na quarta-feira (25) para apresentar o primeiro aditivo do roteiro dos trabalhos. Na segunda reunião, realizada em 19 de maio, o relator Mauro Mariani (PMDB), com a aprovação dos sete membros, havia definido o cronograma de ações.

No entanto, por falta de espaço físico e de funcionários, além do aguardo dos documentos solicitados à empresa, o início oficial dos procedimentos de análise foi prejudicado. Além dos deputados membros da comissão, participaram da reunião representantes do Ministério Público Estadual, Ministério Público do Trabalho, OAB, Fundação Casan, Conselho Regional de Contabilidade, Sindicato dos Engenheiros, Tribunal de Contas, entre outras instituições convidadas.

“Tivemos uma série de problemas operacionais, agora já resolvidos. Partiremos, então, para as ações. Os deputados já possuem documentos e informações para análise, inclusive durante o recesso parlamentar, e no retorno à atividade, em agosto - que não causa prejuízo de prazo para a CPI -, poderemos inquirir testemunhas, receber informes e fazer acareações necessárias. No roteiro consta uma série de providências a serem tomadas, inclusive na área judicial”, informou o parlamentar. Após o recesso de julho, a CPI inicia as diligências e a ouvida dos depoimentos considerados importantes, como os do presidente da Casan, Walmar de Lucca, e do procurador geral do Estado, Humberto Grillo. Aprovada em 13 de maio deste ano para investigar a origem da dívida trabalhista da empresa, que oscila entre R\$ 350 milhões e R\$ 480 milhões, a CPI deverá apresentar relatório final até o dia 8 de setembro. (CA)



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

CPI vai analisar documentos durante o recesso para em agosto iniciar ouvida de depoimentos

Encontro da Unale



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Desqualificação do serviço público foi a tônica das discussões

A reforma da Previdência proposta pelo governo federal desqualifica o serviço público e deve ser retirada do Congresso. Esta é a opinião do deputado federal, e ex-governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT) que fez palestra sobre o tema na segunda-feira (23) durante o Fórum de Debates sobre o Modelo de Estado e a Reforma da Previdência, coordenado pelo deputado Joares Ponticelli (PP), diretor da Regional Sul da União Nacional dos Legislativos Estaduais (Unale), promotora do encontro. A Regional engloba os legislativos do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

“O tema é de extrema importância, diz respeito a todos nós e nos preocupa a falta de informação e as distorções até agora apresentadas”, disse Joares. O parlamentar lembrou que as assembleias não podem ficar alheias até porque “o governo federal pretende deixar com os estados a solução de problemas polêmicos, como a taxaço dos inativos”. A desinformação do cidadão brasileiro quanto às propostas para a reforma da previdência, as distorções trazidas

quanto aos números de suposto déficit, inclusive nas declarações oficiais, e a “demonização” dos servidores, que passaram a ser apontados como os culpados pelo propalado “rombo” do INSS, centralizaram os pronunciamentos e o debate. Pela manhã reuniram-se associações de magistrados, de procuradores de Justiça e da Previdência e OAB, além de deputados federais. À tarde, o encontro reuniu parlamentares estaduais, representantes do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas, procuradores e muitos servidores, que participaram da palestra proferida por Collares.

O presidente da Unale, deputado estadual e líder do governo gaúcho, Alexandre Postal (PMDB), disse acreditar que haverá novas reuniões para discutir essa reforma. Defendeu a realização de, no mínimo, dez audiências públicas em todo o país para debater a questão e condenou a maneira como o assunto está sendo tratado. “O projeto pode ser aprovado ainda este ano, mas não precisa ser no início de agosto. Pode ser apreciado no final do ano”, argumentou. (DAB/JKR)

Reforma tributária

Criado este ano na Assembléia Legislativa, o Fórum Catarinense de Debates discutiu o tema na segunda-feira(23).

Na oportunidade, o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), reiterou que o debate de temas importantes como as reformas estruturais contribuem para desfazer equívocos e levar informação à população, servindo ainda de subsídio aos parlamentares do Congresso Nacional.

A senadora Ideli Salvatti (PT) salientou ser necessária a compatibilização de vários interesses para aprovar esta reforma. Nos últimos oito anos, lembrou, a carga tributária subiu de 25% para 36% do Produto Interno Bruto (PIB). A senadora apontou injustiças, como a taxaço irrisória sobre a propriedade rural (Imposto Territorial Rural-ITR), situação que “dificilmente será corrigida com as atuais forças do Congresso Nacional”. O secretário da Fazenda do Estado, Max Bornholdt, destacou na reforma em tramitação a desoneração do registro de empregados, pois atualmente muitas micro e pequenas empresas não conseguem sair da informalidade. Elogiou o fim da guerra fiscal e a simplificação da cobrança do ICMS nos estados de origem dos produtos.

O presidente da Federação das Micro e Pequenas Empresas de SC (Fampec),

Clóvis Ferreira, por sua vez, fez um relato dos números das micro e pequenas empresas no país e no Estado, e posicionou-se contra a cumulatividade de impostos e a cobrança de tributos nos estados de origem e de destino dos produtos comercializados. Já o presidente do Sindicato dos Fiscais da Fazenda de SC (Sindfisco), Rogério Macagnan, teme que 80% do aumento da carga tributária seja utilizado para pagar juros da dívida pública. Considera o sistema injusto e criticou a não progressividade do Imposto de Renda (IR).

O representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal, Carlos Nogueira, lembrou que o Brasil é o quarto país mais injusto do mundo em distribuição de renda, pois os mais ricos encontram brechas para fugir da tributação, ao contrário do trabalhador assalariado, que tem o desconto na folha de pagamento. Glauco Corte, diretor da Fiesc, questionou a fonte de recursos para o programa de renda mínima e propôs a transformação da CPMF em contribuição do IR. Quanto ao ICMS, defendeu a cobrança nos estados de destino dos produtos a partir de 2005. (RV)



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Simplificação da cobrança de ICMS nos estados de origem dos produtos foi uma das teses defendidas

LDO: Falta do anexo prejudicou emendas

Mirela Maria Vieira

O projeto de Lei 62.4/2003, que estabelece as diretrizes a serem adotadas na elaboração do orçamento estadual para 2004, foi aprovado terça-feira (24) por unanimidade de votos, depois de três horas de discussões. O relatório final, elaborado pelo deputado Manoel Mota (PMDB), aprovado consensualmente na Comissão de Finanças e Tributação, acolheu 11 do total de 279 emendas apresentadas pelos parlamentares. A maior parte das propostas rejeitadas, conforme justificou o parlamentar relator, foram inviabilizadas pela falta do anexo que define as metas do governo.

As metas, no entanto, só poderiam ser detalhadas depois da elaboração do Plano Plurianual de investimentos (PPA), uma das peças que integram o planejamento orçamentário público

em todos os níveis (municipal, federal e estadual). Como o PPA é apresentado pelas novas administrações no primeiro ano de mandato, valendo para quatro anos, o projeto da administração Luiz Henrique da Silveira só será encaminhado

e apreciado no segundo semestre. A LDO, por determinação da Constituição Federal e, por consequência da Estadual, deve obrigatoriamente estar aprovado pelo Legislativo até 30 de junho. O argumento foi utilizado pelo líder do governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), encar-

regado de fazer os encaminhamentos durante a votação, para obter apoio da maioria de seus pares na rejeição de todos os destaques (emendas rejeitadas pela Comissão, ou novas proposições, apresentadas em plenário por requerimento).

Sem o anexo os parlamenta-

res foram prejudicados na apresentação dos pleitos de investimentos para as suas regiões através das emendas, como reafirmaram em plenário os deputados Antônio Carlos Vieira (PP) e Antônio Ceron (PFL).

Desta forma, a LDO permaneceu praticamente como encaminhada pelo Executivo, incluindo os percentuais de repasse mensal aos Poderes. Para o próximo ano, os duodécimos foram definidos em 3,6% para o Legislativo, 1,2% para o Tribunal de Contas do Estado (TCE), 6,75%

para o Tribunal de Justiça (TJ), 2,8% para o Ministério Público e 1,95% para a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (Udesc). Um dos destaques rejeitados referia-se justamente ao duodécimo da Udesc. Apresentado pela bancada do PT, previa aumento gradativo - de 2004 a 2007 - dos atuais 1,95% para 4% do orçamento estadual. Também foi rejeitado de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP), estabelecendo manutenção e aumento gradual dos recursos para o ensino à distância da Udesc. Outro destaque rejeitado - de autoria do deputado Vieirão -, obrigava o governo a definir no orçamento de 2004, a ser remetido até 30 de agosto, o total projetado em arrecadação com o Imposto sobre Propriedade de Veículos (IPVA) e o percentual que seria destinado à recuperação da malha rodoviária do Estado. (MMV)



Deputados discutiram durante três horas a proposta do Executivo

Cardápio de hotéis e restaurantes em braile

O deputado Celestino Secco (PP), aprovou Projeto de Lei nº 46/03, que obriga hotéis, restaurantes, bares e similares, estabelecidos em Santa Catarina, que possuam cardápio como meio informativo de seus produtos aos clientes, a produzir e dispor de exemplar na linguagem em braile para atendimento dos deficientes visuais. O prazo máximo para adequação à lei é de 120 dias, cabendo ao Executivo a regulamentação da proposta onde devem constar as sanções pelo seu descumprimento.

Secco explica que o deficiente visual, quando vai a um destes estabelecimentos, fica condicionado à verbalização, por terceiros, das opções de consumo, o que caracteriza ato humilhante e condição de desigualdade. O parlamentar alega que a Constituição Federal garante a proteção das pessoas portadoras de deficiência e, neste caso, a leitura em braile permite ao usuário a escolha do produto de sua preferência sem a ingerência ou condicionamento de outra pessoa. (RV)



celestinosecco@alesc.sc.gov.br

Lages é a Capital Catarinense do Turismo Rural

O título foi outorgado a Lages pelo Projeto de Lei nº 86/03, de autoria do deputado Antônio Ceron (PFL), pois o município recebe diariamente um expressivo número de pessoas em busca de lazer no turismo rural. Para o autor, a hospitalidade, o clima frio, a gastronomia peculiar, a paisagem, a diversificação cultural, os investimentos em infra-estrutura e o progresso do ramo hoteleiro especializado transformaram uma vocação em realidade, o que fez o turismo rural ser tratado com profissionalismo.

Capital da Alfafa

Através da aprovação do Projeto de Lei 39/03, do deputado Jorginho Mello (PSDB), Herval d'Oeste foi reconhecido como a Capital Catarinense da Alfafa. O parlamentar justifica que o município, localizado na região do Meio Oeste, é responsável por 99% da produção de alfafa do estado, cerca de 5 milhões de kg/ano, cultura desenvolvida há mais de 100 anos de forma artesanal, e não mecanizada, como acontece em outros estados. (RV)

Dia Catarinense sem Carros

Aprovado em 2º turno na quarta-feira (25) o Projeto de Lei nº 84/03, de autoria do deputado Afrânio Boppré (PT), que institui o dia 22 de setembro como o Dia Catarinense sem Carros. A adesão ao não uso de carros neste dia é voluntária e, segundo a proposta, compete ao Executivo, por meio das secretarias da Infra-estrutura e da Organização do Lazer, ao longo do ano e destacadamente em 22 de setembro, a promoção de atividades educativas e a execução de campanhas e programas para obter adeptos ao não uso de carros.

Afrânio esclarece que a idéia segue uma tendência de data mundial e visa promover a conscientização dos usuários de



afranio@alesc.sc.gov.br

veículos particulares sobre as consequências do uso do carro, incentivando o desenvolvimento de novos padrões de comportamento compatíveis com a proteção do meio ambiente e com uma mobilidade ur-

banada melhorada. Ele lembra que o aumento do volume de tráfego provoca a perda gradativa da qualidade de vida, aumento de ruídos, poluição atmosférica, estresse, acidentes e aumento da violência no trânsito. Os carros particulares são responsáveis por 40% das emissões de gás carbônico, o que torna urgente a adoção de transportes mais eficientes e limpos, como andar a pé, bicicleta, transportes públicos e coletivos, inclusive o marítimo.

Estiveram presentes na sessão de votação do projeto as entidades Via Ciclo (Associação dos Ciclousoários da Grande Florianópolis), Bicicletada (Movimento de Massa Crítica) e Pedala Floripa (Movimento de Incentivo ao uso de Bicicletas de professores da UFSC e Udesc). (AC/RV)

Governamentais aprovados

Projeto de Lei Complementar 13/03 define a Epagri como a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S/A, tendo como objetivo executar a política estadual de geração e difusão de tecnologia agropecuária, florestal, pesqueira e de assistência técnica e extensão rural. A estatal ainda é responsável pela promoção do

desenvolvimento auto-sustentado da agropecuária em Santa Catarina.

Ampliação - Os projetos de lei nº 172/03 e 171/03 que tratam respectivamente da abertura de crédito especial para o Legislativo, no valor de R\$ 1 milhão, e de alteração no Plano Plurianual (PPA), para possibilitar a ampliação do espaço físico do Palácio Barriga Verde, (RV/SD)

Nelson Goetten anuncia saída do PP

Buscando mais espaço para seus projetos políticos, o deputado Nelson Goetten anunciou quarta-feira (25), na Tribuna da Assembleia, sua saída do Partido Progressista (PP) para filiar-se ao Partido da Frente Liberal (PFL). Conhecido por ser um parlamentar de forte oposição, Goetten afirma que deixa o PP sem nenhuma mágoa, já que foi nesse partido que começou sua trajetória política. "O PP prestou e continua prestando um grande serviço para a população de Santa Catarina. É um partido que tem muito valor".

O parlamentar afirma que está filiando-se ao PFL por ser um partido de forte oposição ao governo Lula. "O PFL levantou a bandeira de oposição e isto me motiva para continuar fazendo oposição", destacou. A data da

filiação no PFL está marcada para o dia 11 de julho, com a presença de diversas lideranças liberais do país.

Goetten está convencido de que dentro do PFL terá todas as condições para continuar defendendo os interesses da população, principalmente do Alto Vale do Itajaí, base eleitoral do parlamentar. Com quase 70 mil votos, Goetten foi o deputado mais votado nas últimas eleições. Ele não acredita que sua decisão seja uma traição a essa grande parcela de eleitores, já que continuará lutando pelos interesses do povo. "A democracia não existe sem uma oposição forte, e meus eleitores sabem que sou defensor da democracia", finalizou. (CV)



nelson@alesc.sc.gov.br

Honraria de mérito a Juarez Machado

Por iniciativa da deputada Simone Schramm (sem partido), o plenário aprovou na terça-feira (24) o Projeto de Resolução 03/03, que concede honraria de mérito ao artista plástico Juarez Machado pelo brilhantismo de seus trabalhos, que eleva o nome de Santa Catarina e pela forma como representa o Brasil no exterior. O Joinvilense é reconhecido internacionalmente como pintor, escritor, ator, cenógrafo, jornalista, caricaturista, desenhista e escultor. O projeto ainda estabelece que será marcada uma data para a realização da sessão solene para entrega do prêmio.

Juarez Machado formou-se na Embap, de Curitiba, fez estágios em Salvador e Porto



simone@alesc.sc.gov.br

Alegre, concluindo estudos de arte na França, Dinamarca, Itália, Chipre, Israel e Grécia. No Rio de Janeiro fez carreira de desenhista de humor, atuando no Programa Fantástico, da Rede Globo, e em importantes jornais e revistas. Como pintor recebeu premiações no Brasil, Itália, Japão, Estados Unidos e França. Cidadão honorário de Joinville, Juarez foi hon-

menageado com a medalha de honra ao mérito do Rio Branco, o diploma de honra de Curitiba, o diploma de honra ao mérito de Lamballe (França) e medalha de mérito Anita Garibaldi, oriunda do governo do Estado. (RV)

Medalha Cruz e Sousa

A criação da medalha de mérito Cruz e Sousa foi aprovada através do Projeto de Resolução 07/03, de autoria do deputado Nilson Nelson Machado - Duduco (PP). A honraria será concedida a pessoas físicas e jurídicas que tenham prestado relevantes serviços à raça negra. A proposta estabelece que, anualmente, no dia 13 de maio, 13 pessoas, negras ou defensoras da raça, serão indicadas pelos parlamentares pela dedicação às áreas de arte, cultura, desenvolvimento social e educacional, entre outras.

A indicação dos deputados será repassada à Mesa Diretora, com os dados completos do cidadão (ã) ou entidade, além da atividade que a fez merecer o prêmio. A mesa marcará a data da sessão solene. A medalha será oval, de metal e bronze, tendo na frente a figura de Cruz e Sousa e no verso a inscrição *Agradecimento do Povo Catarinense*. (RV)



nilson@alesc.sc.gov.br

... Curtas ...

Fórum permanente

O deputado deputado Reno Caramori (PP) está solicitando que seja constituído um Fórum Permanente de Silvicultura. O Brasil é o maior banco genético de espécies de rápido crescimento e as plantações florestais são um dos maiores contribuintes à fixação do homem no campo. Os principais objetivos do Fórum é promover a integração do setor florestal com a sociedade e estimular o agronegócio.

Bibliotecas estaduais

A aquisição de livros para equipar as bibliotecas escolares do Estado, extremamente pobres e completamente desfalcadas de obras literárias, está sendo requerida pela deputada Ana Paula Lima (PT) ao governador e ao secretário da Educação.

Isenção do ICMS

Ao governador e ao secretário da Fazenda o deputado Mauro Mariani (PMDB) solicita a isenção do ICMS para microempresas com faturamento mensal de até R\$ 15 mil. O objetivo da medida é dar mais condições de crescimento a essas empresas, gerando trabalho e oportunidade de renda.

Extensionistas para a Epagri

A contratação de extensionistas para a Epagri na região do Vale do Itajaí está sendo pedida pelo deputado Paulo Eccel (PT) ao governador e ao secretário da Agricultura, para atuar na reestruturação do CEPC e reativar o laboratório de pesquisas na área da piscicultura.

Delegacia regional em Joinville

A deputada Simone Schramm (sem partido) pede ao governador, ao secretário de Segurança Pública e ao Delegado Regional de Joinville, condições de funcionamento da delegacia regional no bairro Aventureiro naquele município.

Carteiras de identidade

O deputado Celestino Secco (PP) está solicitando informações ao governador sobre o motivo da demora em retomar a implantação do sistema digitalizado das carteiras de identidade em SC, qual o custo do sistema e quais seriam os recursos necessários para se concluir a implantação além de onde se encontram as 58 estações de atendimento ao público que estão desativadas.

Agenda

Dia 30, 10 h – Audiência pública para debater a Portaria do Ibama que proíbe a pesca com tarrafa

Local: Plenarinho

Dia 30, 17h30min – Sessão solene em comemoração ao Dia dos Bombeiros

Local: Plenário

Dia 1º, 19 h – Lançamento do livro *Introdução ao Direito do Idoso*, de Fernando Coruja Agustini

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 2, 19 h – Lançamento do livro *Aconteceu no Século XX, Momentos que movimentaram Criciúma*, organização de Gesiel da Silveira Gonçalves

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 3, 9 h – Audiência pública sobre transgênicos

Local: Auditório do Hotel Lang - Chapecó

Projeto Travessia: A criança na busca de sua cidadania

Carlos Agne

Viver integrado num mundo onde figura o contraste da violência do morro com a busca da cidadania proporcionada por um projeto especializado em educação popular de cunho complementar. Assim, 165 crianças, com idade entre 7 e 14 anos, em situação de empobrecimento, buscam inserir-se com dignidade na sociedade, através de uma conquista afetiva, de maior segurança frente a sua autoestima e identidade, no Centro Cultural Escrava Anastácia, através do Projeto Travessia, na comunidade Mont Serrat, em Florianópolis.

A localidade, conhecida na Capital como um dos pontos do maciço do Morro da Cruz de maior violência, onde a ação do narcotráfico impera, registrando tiroteios e assassinatos, tem o seu lado humano com a presença e o trabalho de um grupo de abnegados que tem o objetivo de amparar, acompanhar, avaliar e desafiar para a conquista da autonomia e cidadania, despontando na prática social da comunidade como

uma possibilidade de referência, constituindo-se em utilidade social imensurável.

O trabalho realizado pela ONG, presidida pelo padre Wilson Groh, volta-se a oficinas temáticas destinadas a essas crianças, sempre no período que não se encontram na escola de ensino regular. "Elas saem das ruas, deixam de ficar ociosas e de ser presa fácil para o mundo ilícito do narcotráfico ou da criminalidade. O grande pano de fundo do projeto é formar a criança e o adolescente cidadãos e fazê-los sentirem-se agentes de direito. A proposta do Projeto Travessia está no viés da educação popular, sob a perspectiva dos direitos humanos, e sentimos que trilhamos o caminho certo pois sempre estamos com a casa cheia, embora a frequência não seja obrigatória, ao contrário do colégio tradicional que convive com a evasão escolar", explica a coordenadora pedagógica Tânia Rocha. O Projeto também recebe crianças que cum-



Crianças de 7 a 14 anos são atendidas pelo Projeto Travessia



prem medidas sócio-educativas, encaminhadas pela Promotoria da Criança e Adolescência. Elas comparecem ao Centro Cultural esporadicamente e realizam diversas atividades auxiliando os educadores e funcionários.

Violência do Morro não desanima os educadores

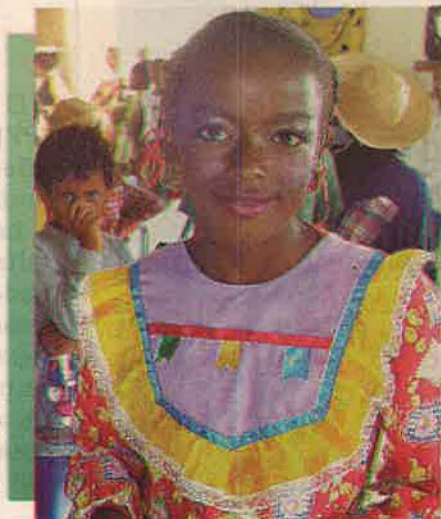
À primeira vista, para quem não conhece o Projeto e acompanha as páginas policiais dos jornais, o medo dos tiroteios e a convivência no meio de clima de tensão parece ser um desafio aos educadores que cuidam dessas crianças e adolescentes. Mas, o desejo de vê-los cidadãos do futuro e, especialmente, no presente, supera todo o tipo de preocupação com o mundo que cerca a casa localizada nos altos da Rua General Vieira da Rosa, atrás da Capela de Nossa Senhora do Mont Serrat.

Tânia Rocha entende que não é só o maciço do Morro da Cruz que convive com a violência mas que todos nós brasileiros estamos vivendo neste contexto. "Sejam ricos ou pobres, brancos ou negros, todos estamos fazendo parte dessa realidade. Aqui no morro as crianças e adolescentes que pertencem ao Projeto aprendem a se virar sozinhas e, geralmente, vêm sem companhia de adultos, pois a grande maioria das famílias sobrevive do trabalho formal ou informal das mulheres". No Projeto, mostram dedicação e cuidam da área física como se fosse o seu próprio lar. "Em dias que acontecem registros de violência, a exemplo dos tiroteios,

só são liberados quando percebemos que elas podem ir para casa sob segurança", assinala. Tânia entende que o ideal seria que a segurança pública agisse interativamente com as comunidades e não fizesse invasões ou batidas nos morros aleatoriamente. "Nosso sonho é de que a polícia no Brasil seja capaz de identificar quem é trabalhador e quem não é, pois existe o pensamento de que quem está, ou mora, no morro é bandido", ressalta.



Tânia Rocha - coordenadora pedagógica



A menina Pamela Francine Cruz Costa, de 10 anos, estuda na quarta série da Escola Básica Lúcia do Livramento Mayvorn e frequenta há quatro anos o projeto. "Gosto de brincar, ler e pintar e tenho muitos amigos. Me sinto muito bem aqui", diz.

Arte e cultura são bases do aprendizado

"Numa folha qualquer eu desenho um sol amarelo, e com cinco ou seis retas é fácil fazer um castelo".

A música cantada por Toquinho pode parecer um sonho para a criança, mas a realidade em que vive, na maior parte das vezes em famílias desestruturadas, não permite que possam aflorar suas vocações culturais ou artísticas. No Travessia ela aprende isso e é muito fácil imaginar ou fantasiar nessa banda de ilusão.

A proposta político-pedagógica está fundamentada na teoria histórico-cultural para a compreensão da aprendizagem, numa visão democrática, cidadã e participativa de educação; numa ética voltada para os processos de humanização e de dignidade de vida; na perspectiva de uma mística cuja opção é pelo empobrecido, preconizada pela teologia da libertação. A concepção metodológica que embasa a prática no Projeto é expressão da visão de mundo e formação continuada dos seus educadores. No Centro Cultural Escrava Anastácia, as 165 crian-

ças trabalham com artes, cultura, festas e possuem, inclusive, um laboratório de informática, doado pela empresa JR Mormaii. "Aqui elas aprendem nas oficinas temáticas questões como a sexualidade, fazem releituras das obras de artes de vários artistas, destacando atualmente "Guernica", de Pablo Picasso, e a "Pomba da Paz", e também sobre festas, inclusive as populares e praticadas na Ilha. Além disso, também recebem lanche, almoço e janta antes de ir para as suas casas", informou a coordenadora. O Projeto Travessia tem como grande patrocinador

a União Catarinense de Educação (UCE) da Congregação dos Maristas do Brasil, que o viabiliza financeiramente, mas possui outros parceiros a título de troca pedagógica e cultural. Ele faz parte de uma rede de cultura solidária desenvolvida com 15 escolas italianas através do Projeto Pipa, oriundo das Oficinas do Saber.

